



**“Museus vivos das tradições humanas”:
Alexina de Magalhães Pinto e sua concepção sobre o “papel
eminente educador dos contos”**

***“Living Museums of Human Traditions”:
Alexina de Magalhães Pinto and her Conception About the
“Eminent Educational Role of the Tales”***

Rita de Cássia Silva Dionísio Santos

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros, Minas Gerais/
Brasil

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais/ Brasil
cassiadionisio@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-7765-0701>

Flávia Brocchetto Ramos

Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul / Brasil
fbramos@ucs.br

<http://orcid.org/0000-0002-1488-0534>

Resumo: Qual o tipo de conhecimento pode um conto popular transmitir? Pode o conto contribuir para a formação humana? Em “Nota preliminar” do livro *Contribuição do folk-lore brasileiro para a bibliotheca infantil* (1907), a escritora e folclorista mineira Alexina de Magalhães Pinto (1869–1921), nomeando os contos populares (quer sejam “de fadas, fabulosos ou bíblicos”) como “museus vivos das tradições humanas”, argumenta que essas narrativas conteriam papel “eminente educador”. Este artigo apresenta a autora, sua produção e, na sequência, analisa a “Historia (sic) de um cachorrinho”, que integra a coletânea supracitada, com o objetivo de se refletir sobre essa função educadora dos contos (de que nos fala a autora). Desta análise — de caráter metodológico bibliográfico e crítico-analítico — resulta o entendimento sobre a contribuição singular de Alexina de Magalhães Pinto para a história da literatura infantil brasileira, em seu sentido amplo. Esse legado é notável por seu empenho em

realizar uma pesquisa etnográfica e histórica para compor obras a partir da tradição oral e do folclore brasileiro para servir às gerações futuras. O mérito dessa tarefa reside no fato de a autora ter se dedicado, naquele tempo, a um debate sobre a potência que a ficção detém de nos ensinar sobre a vida. É possível concluir, a partir desta análise, que as produções literárias e ficcionais, ao possibilitarem a fabulação, podem instruir e educar, entre outros aspectos, por seu caráter de transcender limites de tempos, modos e formas de representação das múltiplas e diversas experiências.

Palavras-chave: Alexina de Magalhães Pinto; literatura infantil; conto popular.

Abstract: What is the social character of folktales? Can tales contribute to human formation? In the “Preliminary note” of the book *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil* (1907), the writer and folklorist from Minas Gerais, Alexina de Magalhães Pinto (1869–1921), naming folktales (whether they are “fairy tales, fabulous or biblical”) as “living museums of human traditions”, argues that those narratives would contain an “eminently educational” role. This paper presents the author, her work, and, thereafter, analyzes “Historia (sic) de um cachorrinho”, which is part of the collection mentioned above, aiming to reflect upon this function of the tales of instructing and educating (which the author talks about). From this analysis — of a bibliografic and critical-analytical nature — results the understanding about the unique contribution of the teacher and researcher Alexina de Magalhães Pinto for the history of Brazilian children’s literature, in its broad sense (especially for her commitment in carrying out an ethnographic and historical research to compose works from oral tradition and Brazilian folklore to serve generations), and also the perception about the merit of her task of launching, at that time, a debate about the humanizing character of fiction. It is possible to conclude, from this analysis, that literary and fictional productions, by making fabulation possible, can instruct and educate, among other aspects, because of their character of transcending limits of time, modes and forms of representation of multiple and diverse experiences.

Keywords: Alexina de Magalhães Pinto; children’s literature; folktale.

[...] a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.
(Antonio Candido, In: “O direito à literatura”)

1 Introdução

Somos seres que se expressam pela linguagem — é o que depreendemos do fragmento do ensaio de Antonio Candido que é nossa epígrafe. Ao nos definirmos e nos constituirmos humanos, fazemo-lo pela linguagem do outro, que também vai se tornando nossa. A matéria verbal formada, organizada antes de mim, ao entrar em contato com o nosso ser, vai nos constituindo... Muitas são as histórias que ouvimos na nossa vida. Há aquelas que tratam de um fato que ocorreu na nossa comunidade e tende a não se repetir, e há aquelas que assumem diferentes roupagens e tratam de um mesmo tema — todas elas integrando um repertório social, cultural e humano que nos coloca em processo de identificação com sujeitos de outros tempos, contextos e lugares.

A literatura requisita para si a possibilidade de tratar de temas universais por meio de diferentes representações. O amor, a traição, a dor, a morte, a felicidade são temas reiterados por meio da prosa e da poesia em diferentes tempos, por homens e mulheres. Cabe, aqui, uma ressalva, porque na tradição ocidental, a maioria das peças literárias que se mantêm é atribuída aos homens. Com o desejo de olhar e de destacar escritos gerados por mulheres, captamos a obra de Alexina de Magalhães Pinto e, neste artigo, tratamos do conto “Historia¹ de um cachorrinho”, do livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil* (1907).

2 Uma mineira “ruidosa”

Alexina de Magalhães Pinto nasceu em quatro de julho de 1869, em São João Del Rei, Minas Gerais, e faleceu aos 51 anos, em dezessete de fevereiro de 1921, vítima de um atropelamento de trem, em Corrêas, primeiro distrito de Petrópolis-RJ, onde ficava o tradicional Hotel Dom Pedro, local em que a autora residia na época.

Considerada detentora de uma personalidade irrequieta e avançada para aquele tempo — de acordo com Nelly Novaes Coelho, em seu *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira* (2006) — ou “ruidosa” — conforme designada no artigo “A mineira ruidosa”, da Revista VEJA de agosto de 1970, e pela pesquisadora Flávia Carnevali, em sua tese de doutorado “*A mineira ruidosa*” *Cultura Popular e*

¹ Optamos por manter, neste trabalho, as citações *ipsis litteris* da autora na grafia original da época em que suas obras foram publicadas.

Brasilidade na Obra de Alexina de Magalhães Pinto (1870–1921), de 2009 — Alexina de Magalhães Pinto² foi, no Brasil, uma das educadoras pioneiras a se contrapor a ultrapassados métodos de ensino nas escolas (por exemplo, a mera repetição, por parte dos estudantes, de sílabas e palavras pronunciadas pelo professor) e a se envolver na tarefa de produção de uma literatura para as crianças e jovens brasileiros (COELHO, 2006, p. 25).³ O seu projeto envolvia pesquisar, recolher e organizar narrativas, provérbios e cantigas populares de diversas regiões das Minas Gerais e de outros Estados — como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, por exemplo — em coletâneas que pudessem ser adotadas por escolas brasileiras como método de ensino-aprendizagem (DIONÍSIO; CUNHA, 2017).

De acordo com a Revista VEJA⁴, no artigo referido, Alexina de Magalhães foi a primeira mulher de uma família mineira conservadora a se insurgir contra os intransigentes e severos costumes de sua terra e de sua época. Criticada, atacada e até mesmo odiada pela população de São João del Rei no final do século XIX, somente no ano de 1970 (por ocasião das comemorações do centenário de seu nascimento⁵ na UFMG e em sua terra natal, 49 anos após o seu falecimento), a professora entrou para a

² Importante ressaltar que, apesar do sobrenome idêntico, a autora não era parenta do chanceler e ex-governador de Minas Gerais, no período de 1961 a 1966, José de Magalhães Pinto.

³ Esta informação pode ser também acessada no site da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, na página destinada à Literatura Infantil (1880–1910). Nesta página, Alexina de Magalhães Pinto comparece como uma das cinco mulheres cujos nomes aparecem numa lista que inclui dezenove autores da época que produziram textos destinados às crianças. As outras autoras são as paulistas Francisca Júlia e Zalina Rolim, a carioca Júlia Lopes de Almeida e a gaúcha Presciliana Duarte de Almeida. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/LiteraturaInfantil/ autores.htm>> Acesso em: 24 nov. 2020.

⁴ Cabe ressaltar que são inexatas algumas informações biográficas de Alexina de Magalhães Pinto encontradas em obras de referência de autores como Nelly Novaes Coelho e Leonardo Arroyo — provavelmente pela dificuldade que esses extraordinários estudiosos tiveram de acessar documentos relativos à autora. Nesse sentido, a Revista VEJA aqui mencionada (de agosto de 1970, a cujo exemplar tivemos acesso após excessivas pesquisas em sebos) é, provavelmente, o documento que há mais longo tempo existe sobre a biografia da autora. Disso decorre a importância dessa referência.

⁵ Com base na cópia do Batistério da autora a que recentemente tivemos acesso, a autora nasceu em 1869 – e não em 1870, como informado em trabalhos de alguns estudiosos da Literatura Infantil.

“respeitável galeria das tradições estaduais”, após ter sido redescoberta seis anos antes pelo sociólogo Saul Martins, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O artigo “A mineira ruidosa” menciona, também, que a jovem professora tinha hábitos desinibidos, vida livre e teorias avançadas e que, em 1890, teria provocado o seu “primeiro grande escândalo: fugiu para a Europa” (VEJA, 1970, p. 58). Ao retornar, um ano depois, foi hostilizada pela população são-joanense, com uma chuva de tomates e ovos podres, e ameaçada de excomunhão por passear pelas ruas da cidade em uma bicicleta que trouxera na bagagem e, ainda, por estar de calças compridas (que, aliás, apesar de serem as vestimentas apropriadas para esse meio de transporte, eram consideradas inadequadas para uma mulher). O autor⁶ do artigo continua: “Finalmente, após um casamento infeliz, Alexina abandonou de uma vez os severos princípios da moral familiar e se dedicou completamente ao ensino — logo também rompeu francamente com os velhos e pouco eficazes métodos educacionais” (VEJA, 1970, p. 58).

Informação reveladora e instigante, também apresentada na reportagem supracitada, é que Alexina de Magalhães teria sido a primeira professora a trazer para as salas de aula, em lugar da palmatória e de outros temíveis castigos e punições corporais aplicados às crianças e adolescentes (em especial aos “intratáveis”), as cantigas de roda e exercícios de memória e dicção, por exemplo, sendo os estudantes desafiados a declamar versos difíceis com um lápis na boca. Sua postura transgressora dava-se a conhecer logo no primeiro dia letivo das escolas em que trabalhava: com o propósito de não habituar os seus alunos a lerem pelo “superado método de associação de palavras”, a educadora costumava rasgar as cartilhas tradicionais. Admitia somente a aprendizagem global — que, ainda de acordo com a VEJA, mais tarde passou a ser adotada em todas as escolas — e, entre os seus inusitados recursos de aplicação desse método, conta-se que, em uma de suas aulas, levava um sapo em sua bolsa, deixando-o escapar; e, enquanto as crianças tentavam caçá-lo por entre as carteiras, ela dirigira-se ao quadro-negro e escrevera a palavra “sapo” (VEJA, 1970, p. 58).

Publicadas a partir do ano de 1907, as obras de Alexina de Magalhães Pinto compunham o que se nomeava “Bibliotheca Infantil:

⁶ O artigo não designa o seu autor e, em contato com a Memória VEJA por telefone e por e-mail no primeiro semestre de 2021, não nos foi possível levantar essa informação.

Collecção ICKS”, de acordo com as informações descritas no verso da página de rosto do livro *Cantigas das creanças e do povo e danças populares* (trabalho resultado de sua pesquisa etnográfica, concluída em 1911, mas somente publicado em 1916, conforme notas explicativas na página 204). No verso da página de rosto do livro referido, apresentam-se as obras já publicadas naquela época e outras que estavam em processo de publicação:

Cantigas das creanças e do povo, Collecção Icks, Serie A;
Os nossos brinquedos, Collecção Icks, Serie B;
As Nossas Historias (cantadas), Collecção Icks, Serie C;
 Proverbios populares. Escolhidos para uso das escolas primarias.
 Serie F.
 Ineditos:
Historias Contadas. Series D e E;
Poesias e Hynnos Patrioticos. Serie G.
 Brevemente:
Leitura Educativa. Primeiro livro, por Alexina de Magalhães Pinto
 (PINTO, 1916, verso da página de rosto, grifos da autora).

Reputadas como raras, as obras da autora constituem-se de narrativas folclóricas, cantigas (das crianças, dos pretos, patrióticas etc.), provérbios, brincadeiras infantis — como dito — e com a inserção de uma enorme quantidade de partituras, com notas de rodapé explicativas de como se deveria cantar e/ou dançar as cantigas de roda, além de informações relativas à correção linguística e à origem de cada uma dessas produções. Dentre os seus livros publicados, estão *Nossas historias*⁷

⁷ Apesar de listados por alguns pesquisadores da Literatura Infantil Brasileira como duas obras, *Nossas Historias* e *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil* são uma obra só. Isso pode ser comprovado pelo fato de que, em nota de apresentação e no “Appendice” do livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil*, a autora a ele se refere à obra como sendo “Nossas Historias”. Quanto ao fato de serem “contadas” ou “cantadas”, as narrativas do livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil* incluem breves canções e respectivas partituras.

(1907), *Contribuição do folk-lore brasileiro para a bibliotheca infantil*⁸ (1907), *Os nossos brinquedos* (1909), *Proverbios populares, maximas e observações usuas*⁹ (1916), e *Cantigas das creanças e do povo e danças populares*¹⁰ (1916). Esses livros integravam a coleção *Icks* que, na época, era disponibilizada pela Livraria Francisco Alves, em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, além de ser comercializada nas Livrarias Aillaud, em Paris, e Bertrand, em Lisboa — o que corrobora a personalidade dinâmica da autora, como posto por Nelly Novaes Coelho (COELHO, 2006, p. 25)¹¹.

A pesquisadora da cultura local busca, entre os grupos de diferentes classes sociais — nos quintais das fazendas, nas casas grandes, solicitando às “abelhas negras” que zumbiam cantigas para os livros dos seus filhinhos, nas ruas e nos saraus, ouvindo as vozes das crianças e mulheres junto aos pilões e aos fogões à lenha, nas salas com as sinhazinhas a tocarem pianos — informações, histórias, provérbios populares, cantigas e danças que comporiam as suas coleções e antologias (PINTO, 1916, p. 5, grifos da autora). Tais peças possibilitariam — conforme seu explícito propósito apresentado nos paratextos dos seus livros — um currículo de conteúdos que ela julgava imprescindíveis à formação humana e moral das crianças.

Aspecto importante a se ressaltar e que nos concede a considerável dimensão da produção desta autora e o reconhecimento literário de sua condição intelectual no final do século XIX e no alvorecer do século XX é que, conforme citado por Afrânio Coutinho no sexto volume da

⁸ Encontramos um exemplar desse livro na Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 2015. Na época, a FBN encaminhou-nos uma cópia microfilmada do livro; posteriormente, em visita à FBN, obtivemos autorização especial para manusear a obra, já bastante danificada em virtude da ação do tempo. Particularmente instigante é que, diferentemente do que a cópia microfilmada permitia observar, no livro físico, notou-se que a impressão das narrativas foi feita em diferentes cores: azul, marrom, preto, verde claro, vermelho, cinza. (Na obra do Acervo faltam as páginas 134 e 135.)

⁹ Encontramos, na Biblioteca da FFLCH/USP, em 2017, um exemplar desse livro, autografado pela autora — do qual obtivemos autorização para fazer uma cópia.

¹⁰ Livro do qual conseguimos adquirir um exemplar em um sebo virtual, em novembro de 2016.

¹¹ Além dos livros citados, encontramos, na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais Luiz de Bessa, em 2016, em Belo Horizonte, o livro *Liga de Instrução Moral Ingleza*, traduzido do inglês por Alexina de Magalhães Pinto. (IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Liga de Instrução Moral Ingleza* [com sede em Londres]. Trad. Alexina de Magalhães Pinto. Belo Horizonte, 1907.)

coleção *A literatura no Brasil*, no ano de 1936, a Comissão Nacional de Literatura Infantil, criada pelo então ministro da Educação, Gustavo Capanema, calculava serem 253 obras em português destinadas a esse público, editadas no Brasil e em Portugal. No ano de 1943, contavam-se 605 obras, chegando, em 1955, a uma lista de 2388 (COUTINHO, 2003, p. 222). E, já em 1916, Alexina de Magalhães havia publicado, pela Typographia e Livraria Aillaud (Paris), em parceria com a Livraria Bertrand (Lisboa) e a Livraria Francisco Alves e C.a (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte), quatro livros — como informado anteriormente. Os dados revelam que a personalidade e o dinamismo de Alexina de Magalhães não se deixavam conter facilmente por seu contemporâneo movimento misógino e patriarcal de silenciamento das vozes femininas.

Leonardo Arroyo, no livro *Literatura infantil brasileira*, declara:

Os temas tratados por Alexina são impressionantemente brasileiros. Em sua obra se encontra o processamento de uma temática que seria, modernamente, um filão extremamente explorado pela nossa literatura infantil, ou seja, o folclore e sua imensa variação. O primeiro livro¹² de Alexina de Magalhães Pinto representa admirável contribuição para o conhecimento, principalmente de jogos infantis do começo do século XX. Muitos desses jogos infantis, cirandas e parlendas chegaram até nós muitas vezes deformados. Outros desapareceram. Em seu caráter de autenticidade, foram fixados pela pesquisadora mineira. [...] O que desde logo se nota no livro de Alexina de Magalhães Pinto, ao lado do rico inventário de valores brasileiros, era a nossa deficiência em vários setores da educação escolar (ARROYO, 2011, p. 252, grifo nosso).

O caráter de autenticidade dessas produções fixado por Alexina de Magalhães — de que nos fala Arroyo — pode ser comprovado, por

¹² Os jogos infantis a que se refere o pesquisador são apresentados no quarto e último livro da autora, *Cantigas das crianças e do povo e danças populares*, de 1916 — e não no primeiro. Provavelmente já tivessem sido reunidos no segundo livro, *Nossos brinquedos* (1909) — ao qual ainda não tivemos acesso. No primeiro livro, *Contribuição do folclore brasileiro para a bibliotheca infantil*, publicado em 1907, reúnem-se 21 contos da tradição oral, muitos dos quais, de acordo com a própria Alexina de Magalhães explicita no “Appendice” (p. 199-211), apenas três ou quatro seriam de origem brasileira. As outras seriam variantes das narrativas já registradas em livros portugueses ou contêm expressões que revelariam sua origem ultramarina.

exemplo, também pela informação da própria autora no “Appendice” do livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil*:

Nas adaptações que vão conscienciosamente indicadas no Índice final, para o qual chamo a atenção do estudioso, usei de ampla liberdade. Nas que diretamente colligi, porém, procurei na medida do possível ater-me á linguagem dos narradores — sobria de pronomes complementos, de analyses introspectivas; — toda concreta, objectiva, pitoresca. Si me detive um pouco mais, foi apenas em precisar-hes os esboços. Uma unica vez fiz um accrescimo. Deste, e dos mais que aos escrupulosos pôde interessar, darão conta as notas que se seguem (PINTO, 1907, p. 200).

No livro *Literatura Infantil Brasileira*: histórias e histórias, referência obrigatória nos estudos da historiografia da literatura infantil, especialmente no que se refere ao contexto de consolidação dessa disciplina no Brasil no entresséculos XIX–XX, as pesquisadoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman atestam:

Mas há [...] outra forma pela qual este Brasil anacrônico e rural é recuperado pela literatura infantil anterior a 1920: trata-se do trabalho de Alexina de Magalhães Pinto que, a partir de 1907, põe seu talento e gosto de folclorista a serviço, senão da literatura infantil, ao menos de um projeto de leitura que garanta o acesso das crianças ao material folclórico representado pelas cantigas, histórias, provérbios e brinquedos recolhidos pela autora na Coleção Icks de Biblioteca Escolar: *As nossas histórias*¹³ (1907); *Os nossos brinquedos* (1909); *Cantigas das crianças*¹⁴ e *do povo e Danças populares* (1916); *Provérbios populares, máximas e observações usuais* (Escolhidos para o uso das escolas primárias), de 1917¹⁵ (LAJOLO; ZILBERMAN, 2006, p. 38).

¹³ As autoras não mencionam o livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil* — o que também corroborar a informação de que este e *Nossas historias* são um único livro.

¹⁴ Nota-se, no trabalho de Lajolo e Zilberman, a atualização da grafia de documentos antigos, uma vez que o título do livro é assim escrito: *Cantigas das creanças e do povo e Danças populares*.

¹⁵ No livro (a cuja cópia tivemos acesso na Biblioteca FFLCH/USP) informa-se a data de 1916.

O livro *Contribuição do folk-lore brasileiro para a bibliotheca infantil* (de 1907, do qual faz parte a “Historia de um cachorrinho”, que nos propomos a analisar neste artigo), reúne vinte e uma narrativas¹⁶. Na “Nota preliminar” do livro, a autora designa essas histórias como “museus vivos das tradições humanas” (p. 3), e continua:

Se trago a lume estas “Nossas Historias” antes dos seus respectivos originaes populares, é que anteponho os interesses directos dos “pequeninos” aos dos “grandes”; é que penso sobrelevar a todos os outros deveres o do nosso amor pela cultura da piedade e da moralidade, — fortes alavancas para o esclarecimento das consciências. Laborarei em erro attribuindo tão grande alcance indirecto embora, a tão modestos meios?

Creio que não.

Enquanto impossibilitada para mais, ocupava-se Icks na observação e estudo dos que menos distantes estão da natureza, alguns pedagogos de muito longe, transpondo enormes distancias, vieram lembrar-lhe a antiga descoberta oriental, falar-lhe, com ardor de apóstolos, do papel eminentemente educador dos contos, — quer sejam elles populares, de fadas, fabulosos ou biblicos.

Vieram dizer-lhe que pelos contos educariamos as atenções; iniciariamos os neophitos no mundo dos sentimentos; forneceriámos, a cada um dos nossos attentos ouvintes e repetidores, o vocabulario, a linguagem necessaria para a expressão do seu proprio pensar e do seu proprio sentir.

Vieram, vieram... dizer-me que por esses meios, agradveis e simples, transportar-se-iam os “grandes” aos “pequenos”; levariamos uns e outros á comprehensão reciproca, á visão clara de situações mui diversas d’aquellas em que vivem; á previsão immediata das consequências de seus actos, á reflexão portanto (PINTO, 1907, p. 4).

Nota-se, no fragmento, uma extraordinária capacidade intelectual desta educadora de perceber o alcance histórico que as narrativas possuem de constituir o ser humano. Essa consciência, é possível notar nos excertos, dialoga com discursos correntes entre pensadores e pedagogos

¹⁶ Em nota no índice final do livro (p. 212), a autora informa de quais Estados provieram as narrativas (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Sul e Bahia); informa, ainda, que alguns dos contos são adaptações de trabalhos de Silvio Romero.

européus com os quais a folclorista e professora Alexina de Magalhães tivera contato no final do século XIX, os quais lhe lembravam da “antiga descoberta oriental” sobre a importância do tecer e do narrar.

Câmara Cascudo, no livro *Contos tradicionais do Brasil* (2000), declara que o conto popular revela informação histórica, etnográfica, sociológica, jurídica, social, constituindo-se, portanto, um documento vivo que transporta e propaga costumes, ideias, mentalidades, decisões e julgamentos. Antonio Candido, em “O direito à literatura”, faz recordar a capacidade que a literatura possui de instruir e educar, principalmente porque, por meio dela, é possível experienciar dialeticamente as situações da vida — como evocado em nossa epígrafe (CANDIDO, 2004, p. 113).

Nessa perspectiva, Alexina de Magalhães, ao creditar aos contos — sejam eles “populares, de fadas, fabulosos ou bíblicos” — um “papel eminentemente educador” (p. 4), assinala a potência dessas narrativas de levar as pessoas à visão clara e à compreensão das mais diversas situações que vivenciam. É de se notar, entretanto, que a autora aponta, em seu trabalho etnográfico, “um triste fato de observação pessoal”:

[...] nos meus iletrados narradores populares do interior do Brasil, tenho encontrado desenvolvimento intelectual e compreensão moral superiores aos dos possuidores de cursos escolares dos nossos centros mais civilizados... Mas desdenhe-se ou não desse meio de cultura e encare-se somente a felicidade da infância, as suas necessidades espirituais, não será menos verdade que estas e outras histórias populares — por mais em harmonia com o mundo infantil externo e interno, prepararão insensivelmente os jovens cérebros para a compreensão dos catecismos e das Histórias Sagradas, — mesmo essas sem o encanto da música e dos versos (PINTO, 1907, p. 5).

Os doutores e pesquisadores daquela época, possuidores de cursos escolares dos “centros mais civilizados”, contrariamente à percepção da autora, pareciam ignorar a abundância de saberes e experiências intelectivas identificadas nos “iletrados narradores populares do interior do Brasil” e o que elas poderiam representar para a formação humana — tarefa, portanto, a que se lança a educadora em sua pesquisa etnográfica e cultural.

3 “Historia de um cachorrinho”

O conto parece estar associado à infância. Talvez, por sua brevidade ou pelo poder de síntese em tratar de conflitos humanos — o que, de forma alguma, pode ser entendido como sinônimo de simplicidade ou ausência de diversidade temática e ou de sofisticação¹⁷. Assim, como literatura, é “[...] fator indispensável de humanização, pois permite que os sentimentos passem de simples emoção para uma forma mais concreta, ou seja, tornem-se conscientes, uma vez que são experienciados pelo leitor” (RAMOS; PANOZZO, 2015). Apoiadas nessa premissa, passamos a olhar a “Historia de um cachorrinho”, uma das narrativas do livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil*, de Alexina de Magalhães.

Alexina de Magalhães Pinto publica, em 1907, em Paris, o livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil*, no qual reúne vinte e uma narrativas em um total de 212 páginas, incluindo os paratextos. Conforme anotado no “Índice”, na página 212 da coletânea, a autora informa os Estados em que ela havia constatado serem populares as histórias: Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Sul e Bahia. Entre os contos do livro, encontram-se algumas narrativas (ou suas variações) ainda hoje largamente conhecidas, como por exemplo “João Giló” (sic), “Canta, canta, meu surrão!” e “D. Sylvana”, sendo este último uma evidente referência a “Pele de asno”, publicado por Charles Perrault na França no final do século XVII.

A “Historia de um cachorrinho” inicia-se na página 16 e termina na página 24 do livro. No primeiro parágrafo do texto, o narrador entrega a chave da história com postura de tutorear o leitor: “Numa casinha erma habitavam uma senhora edosa, tres filhas e um irmão mais velho que vivia encantado num cachorro” (PINTO, 1907, p. 19). Os personagens, não nominados, são apresentados no parágrafo inicial — a mãe e seus quatro filhos, a saber, três filhas e um filho que tem a forma de cão — e,

¹⁷ Trabalhos de contistas como Edgar Alan Poe, Machado de Assis, Jorge Luiz Borges, Franz Kafka, Clarice Lispector, Fernando Bonassi, Marina Colasanti e Conceição Evaristo e de teóricos como Julio Cortázar, Mário de Andrade, Ricardo Piglia e Octavio Paz — entre outros tantos — revelam a intensidade, a complexidade e o imensurável alcance dessa forma narrativa — aspectos dos quais, por uma questão de contingência, não nos é possível tratar neste artigo.

também, o cenário da narrativa — uma casa pequena e distante (não sabemos de que, ficando um vazio para o leitor/ouvinte preencher). O uso do diminutivo para referir-se à casa e ao filho — “casinha” e “cachorrinho” — imprimem à casa a noção de ser pequena, simples e, ao filho encantado, um tom de proximidade e afetividade. Na abertura do conto, o leitor é informado de que a história assume tom fantasioso, pois um humano perdeu essa forma e mostra-se no corpo de um cão, ser que, na simbologia e na tradição, está associado à fidelidade. Na abertura do conto, são expostos aspectos da narrativa, mas o conflito é silenciado. Cabe ao leitor seguir a leitura do texto.

Seria esse cãozinho fiel à família? Por que perdera sua forma humana? Qual o seu papel no seio dessa família? Vale observar que, além de esse filho assumir a aparência de cão, é, também, o mais velho de quatro filhos e, ainda, é do gênero masculino — o que, talvez, se possa ler como um índice de encarnação de um ordenamento patriarcal vigente naquela conjuntura de que fazia parte a autora. Na tradição ocidental, o primogênito tem papel protetivo em relação ao grupo familiar, fato que, no conto, tende a ser adensado pela figura do cão.

Em seguida, o narrador confia que as irmãs não sabiam que o cão era seu irmão e que a “mãe tratava muito bem o cachorrinho” (PINTO, 1907, p. 19). A postura materna — deduzimos — gera ciúme nas irmãs. O narrador omite-se acerca de vários pontos do enredo: de que maneira era a vida daquela família anterior à transformação vivida pelo filho mais velho¹⁸? Como teria ocorrido aquele encantamento? O seria necessário para desfazê-lo?

O desfazimento do encanto é uma premissa do leitor de contos de fadas, uma vez que tal ação ocorre em histórias como *A bela e a fera* (em que a fera voltaria à aparência humana pelo amor de uma mulher) ou *A bela adormecida* (a princesa reviveria pelo beijo de um príncipe). Mas também está presente noutras produções: desde *As metamorfoses*, de Ovídio, as narrativas da tradição se nutrem dos temas das transformações e do desejo de se voltar à forma humana. Entendemos ser do nosso repertório de leitura esperar que uma ação/condição se imponha para

¹⁸ Nesse ponto, parece premente remeter-nos a um certo “tom kafkiano”: Gregor Samsa, em *A metamorfose*, que acorda certo dia metamorfoseado em um inseto terrível, porém sem qualquer explicação. (KAFKA, Franz. *A metamorfose*. (Trad. Modesto Carone) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

que o humano transformado em outro ser volte à sua condição humana. Essa expectativa, contudo, não é trazida para esse enredo.

Após a morte da mãe, a oposição das irmãs ao cachorrinho se evidencia e uma delas convida as outras por meio de um questionamento: “Vamos deixar esse cachorrinho morrer de fome?” Fato previsível, o convite é acolhido pelas outras duas irmãs e, assim, procede-se. O irmão sobrevivía apenas de sobras: “E daí em diante só do monturo conseguia o cachorrinho ir vivendo” (PINTO, 1907, p. 19).

Nessa família, cabia às mulheres proverem as necessidades alimentícias. E, assim, as três irmãs, por desejo de comer peixe, foram pescar. Mas a noite tomou-as no caminho de volta:

Dentro em pouco escureceu...
 E ellas a caminhar, a caminhar...
 Quando escureceu de todo, ellas perderam a noção do logar em que se achavam.
 Estariam caminhando direitinho na sua estrada? em outra?
 Não sabiam.
 Mas caminhavam, caminhavam
 (PINTO, 1907, p. 20).

A situação descrita no conto dialoga com a história já conhecida de João e Maria. Nessa, os irmãos foram parar na casa da bruxa, mas, pela esperteza, as crianças conseguiram enganá-la e, libertos, voltaram para casa dos pais, com recursos financeiros, de modo que a família abandona a condição de miséria em que vivia. As crianças são espertas e trazem conforto aos pais, resolvendo a questão da subsistência que caberia aos adultos. No conto que estamos analisando, as irmãs não se mostram perspicazes como crianças João e Maria. O narrador alerta que a casa que as acolhera era do Diabo, e as irmãs não percebem onde estão. Cabe ao cachorrinho revelar-lhes: “‘Minhas Senhoras, as senhoras sabem onde estão?’ As moças responderam: — Não. ‘Pois estão numa pousada muito perigosa e muito longe de casa. Aqui é o Inferno’” (PINTO, 1907, p. 21).

As moças não se tornaram reféns do diabo, porque o irmão, antes de o galo cantar, saiu do inferno e guiou-as em direção a casa delas. No caminho de volta, contudo, surgem três obstáculos — aliás, como ocorre na estrutura do conto popular. O grupo encontrou três animais — um leão, uma onça e um urso, que os interpelava com perguntas que, apesar de simples (de onde vinham), a elas o cachorrinho respondia de maneira enigmática, em forma de canção:

Eu veio quimbora, bora,
Quimbora, bora,
Panguro pangutunhe,
Dungnhê, dungnhê,
Panguro pangutunhe,
Dungnhê, dungnhê
(PINTO, 1907, p. 20).

O cachorrinho as acompanhou e conseguiu trazê-las de volta para casa. O cão/irmão assume a posição de protetor e de guia. O desfecho, porém, rompe com expectativa esperada do leitor de conto popular, porque, mesmo que as irmãs reconheçam que o cachorrinho as salvou e as conduziu de volta ao lar, o irmão opta por seguir outro rumo: “‘Vão para sua, que eu vou para a minha.’ Disse e tomou o caminho da casa dele...” (PINTO, 1907, p. 24). O final feliz em que os quatro irmãos passariam a viver juntos e em harmonia não se efetiva.

A literatura infantil sempre se debateu entre cumprir a sua natureza de texto artístico e o desejo de os adultos ensinarem aos mais jovens, valendo-se de estrutura narrativa para seduzir crianças e por em tela visões educativas. Poucas são as obras antigas que conseguem assumir viés libertário. Neste conto, publicado em 1907, encontramos alguns espaços para atuação do leitor frente aos silenciamentos do narrador e, ainda, o rompimento com a tradição no desfecho. O viés literário, ao tratar de conflitos humanos sem restringir a ação do leitor sobre o enredo, comparece nesta narrativa.

4 Dos “museus vivos das tradições humanas”: conclusão

No “Appendice” do livro do qual faz parte o conto tratado neste artigo, na parte intitulada “Notas B”, Alexina de Magalhães Pinto explica que a história do cachorrinho lhe fora contada por uma menina pretinha, nomeada como “M.D.”, residente às margens da Estrada de Ferro Sapucahy, em terras adjacentes à estação de José Leite, no Estado do Rio de Janeiro. Segundo a autora, as palavras da cantiga lhe pareciam de origem africana e o conto, alegórico, considerando que os descendentes de africanos (“irmãos nossos”, em suas palavras) eram tratados como cãesinhos. Afirma ainda que, por vezes, a predileção de uma “boa senhora por uma sua ‘cria-de-estimação’ a atraía à odiosidade dos filhos da casa”. Conclui a nota dizendo que, como quer que fosse, tratava-se de uma “amarga lição”: o “vencei o mal com o bem” seria, nesta narrativa, um fato (PINTO, 1907, p. 204).

Assim, por sua potência de, quer seja por meio de alegorias e mensagens às vezes cifradas ou por sua limpidez e transparência, as histórias e contos, as produções literárias e ficcionais, através da fabulação, instruem e educam, essencialmente por não conhecerem limites de tempos, modos e formas de representação não somente de nossas experiências humanas, mas também de animais e reinos, de tempos imemoriais e do devir. Essa consciência de que as narrativas possibilitam um sentido de síntese analítica fundamental aos novos aprendizados é presente em Alexina de Magalhães que, já nas páginas iniciais de sua “Nota Preliminar”, declara: “Contae, ó mães, contae historiazinhas aos vossos filhos e, quando puderdes, não deixes de ser parte no seu pequenino auditório!” (PINTO, 1907, p. 5.)

Se a literatura é instrumento de educação e nos possibilita viver dialeticamente problemas, como aponta Candido, em epígrafe deste artigo, acordar do sono museus vivos registrados por uma mulher escritora (aliás, elas tão pouco comparecem no acervo de literatura infantil e juvenil) torna-se imperioso. Aquela que ousou usar calças em um contexto em que essa vestimenta era imprópria escava o cotidiano do seu tempo, do seu lugar e, em cada conto com que nos brinda, é como uma pepita que se coloca a brilhar. Para que as pepitas dessa escavação se tornem presentes na contemporaneidade, cabe a nós, pesquisadores comprometidos com a memória, com a literatura infantil, com as mulheres, lançar nossas lentes sobre esse acervo. A obra da folclorista e educadora irreverente nos espera, seja pelos contos que apresenta, seja pelos potentes comentários a respeito de cada peça tecidos pela autora.

Referências

ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. 3 ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

CANDIDO, Antonio. O Direito à Literatura. In: *Vários escritos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ouro sobre Azul/Duas Cidades, 2004, p. 169-191.

CARNEVALI, Flávia Guia. “A mineira ruidosa” *Cultura popular e brasilidade na obra de Alexina de Magalhães Pinto (1870-1921)*. 2009b. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08022010-123212/pt-br.php>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Contos tradicionais do Brasil*. 14. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711–2000)*. São Paulo: Escrituras Editoras, 2006.

COUTINHO, Afrânio. Literatura infantil. In: *A literatura no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Global, 2006. p. 200-222.

DIONÍSIO, Rita de Cássia Silva; CUNHA, Maria Zilda da. “Opera Lyrica Nacional”: das Minas Gerais para o Folk-Lore brasileiro e a Bibliotheca Infantil. *Recorte: Revista Eletrônica*. Três Corações. v. 14. n. 2 (julho – dezembro, 2017). Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/recorte/article/view/4199/pdf_114>. Acesso em: 05 dez. 2017.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: histórias e histórias*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006. (Fundamentos, 5.)

PINTO, Alexina de Magalhães. *Cantigas das creanças e do povo e danças populares*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916. Coleção Icks. Série A.

PINTO, Alexina de Magalhães. *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1907. Coleção Icks. Série A. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.)

RAMOS, Flávia Brocchetto; PANOZZO, Neiva Senaide Petry (Orgs.). *Mergulhos de leitura: a compreensão leitora da literatura infantil*. Caxias do Sul: Educus, 2015. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/mergulhos_ebook.pdf. Acesso em: 05 jun. 2021.

REVISTA VEJA. *A mineira ruidosa*. (Secção “Comportamento”). São Paulo: Editora Abril, 1970. N. 100, 05 de agosto de 1970. p. 58.

Recebido em: 28 de junho de 2021.

Aprovado em: 23 de novembro de 2021.